



PODER

Câmara votará restrição de poder das big techs

Motta assegura que Casa vai apreciar, neste mês, o marco legal da IA. Moraes diz que plataformas fazem lavagem cerebral

» ANA MARIA CAMPOS
Enviada Especial

Lisboa — O XIV Fórum de Lisboa produziu um resultado importante no Congresso Nacional. Em meio às discussões sobre tecnologia e soberania, na Faculdade de Direito de Lisboa, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), comprometeu-se a levar a votação ainda em junho, antes do início da campanha eleitoral oficial, o marco legal da inteligência artificial, o Projeto de Lei 2.338/2023.

De autoria do senador Rodrigo Pacheco (PSB-MG), a proposta, aprovada pelo Senado em dezembro de 2024, busca garantir segurança jurídica e ética no uso da tecnologia. “Estamos discutindo o marco legal para que a tecnologia revolucionária da inteligência artificial prospere no Brasil como ferramenta para o progresso geral e com respeito às liberdades de nossos cidadãos, em linha com os ensinamentos da recente encíclica *Magnífica Humánitas*, do Papa Leão XIV”, afirmou Hugo Motta. “Devemos votar este projeto de IA no plenário da Câmara dos Deputados no mês de junho”, garantiu Motta, ao participar da abertura do Fórum.

O texto, aprovado em votação simbólica no Senado, prevê que as grandes empresas de tecnologia deverão informar quais conteúdos protegidos por direitos autorais foram utilizados. Além disso, autores terão a prerrogativa de vetar o uso de suas obras por esses sistemas. Também estabelece a criação de um órgão regulador da IA.

O relator do projeto na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), também está em Lisboa acompanhando o Fórum. Ele participou, ontem, do painel *Soberania tecnológica e fomento à inovação: cadeia de valor da IA e poder global*.

Hugo Motta havia anunciado em Brasília que o parecer do relator será apresentado em 9 de junho na comissão especial que trata do assunto. Agora, o presidente também se compromete a levar à votação no

Reprodução/YouTube



Motta: discussão do marco legal para que a IA “prosperar no Brasil como ferramenta para o progresso geral e com respeito às liberdades”

Divulgação/Fórum de Lisboa



Moraes sobre big techs: “Um poder como esse precisa ser controlado”

plenário ainda neste mês. Mas o relator deve propor alterações. Se forem aprovadas mudanças, o texto deverá retornar ao Senado.

Os dois parlamentares

participam do evento que, neste ano, está focado no tema Nova ordem internacional, tecnologia e soberania: desafios democráticos, econômicos e sociais.

Motta e Aguinaldo Ribeiro ouviram no auditório da reitoria da Faculdade de Lisboa os debates sobre big techs e a concentração de poder político, econômico e de influência as mentes dos usuários de redes sociais, muitas vezes, manipulados por interesses que nem sabem que existe.

O ministro Gilmar Mendes, decano do Supremo Tribunal Federal (STF), tratou as grandes empresas de tecnologia como detentoras de um poder de informações, político e econômico nunca visto. Ele considerou as grandes plataformas digitais como dotadas “de capacidade de vigilância, manipulação e controle sem precedentes na história humana”.

O magistrado classificou os cidadãos manipulados pelos algoritmos como “servos digitais” e chamou as big techs de “senhores da terra” — que hoje pretendem subjugar e ver curvados diante

delas os próprios Estados.

O ministro Alexandre de Moraes, vice-presidente do STF, também sustentou a necessidade urgente de regulamentação das plataformas digitais e, no painel *Democracia, populismo e polarização ideológica*, defendeu a regulamentação internacional das big techs pelos países democráticos.

Em sua manifestação, Moraes ressaltou que as big techs não são neutras e fazem lavagem cerebral usando algoritmos e direcionamento contra determinadas pessoas. Essas empresas — ressaltou — têm acesso a todas as informações pessoais de quem as acessam.

Como em 1945, no pós-guerra, em que houve a necessidade de uma declaração de direitos pela ONU, o momento atual, segundo Moraes, exige uma resposta internacional.

Na avaliação do ministro, as redes sociais não são ruins, mas é

preciso haver regras. “Nasce essa tecnologia em que se pretendia utopicamente a universalização da democracia”, afirmou. Mas o poderio desses grupos econômicos tornou o meio uma forma de manipulação de opiniões.

Moraes ressaltou que não se pode confundir defesa da liberdade de expressão com discurso de ódio, incitação ou induzimento ao suicídio, à violência e à democracia. “As big techs pegam dados sem autorização. Sabem o que todo mundo come, os remédios que tomam, os comentários que fazem, os livros que leem. É o Ifood, o Mercado Livre... O maior banco de dados da humanidade é das big techs”, frisou.

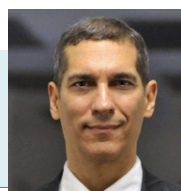
Manipulação de mentes

Citando a primeira encíclica do Papa Leão XIV, Moraes disse que não se pode mais permitir que as big techs manipulem a mente das pessoas. “A partir dos algoritmos se faz a manipulação de dados para se realizar uma verdadeira lavagem cerebral nas chamadas bolhas”, destacou. “Um poder como esse precisa ser controlado. Não há atividade econômica na história da humanidade com tanto impacto na sociedade que não tenha sido regulado.”

O magistrado também defendeu a identificação de usuários nas redes sociais. O anonimato não é aceito pela Constituição brasileira. Dessa forma, não há razão para que cidadãos possam se esconder no ambiente digital, atrás de perfis falsos ou anônimos. “Liberdade com responsabilidade existe na vida real e deve ocorrer na vida virtual”, defendeu.

O ministro Luís Felipe Salomão, presidente eleito do Superior Tribunal de Justiça (STJ), manteve o tom. “Vivemos um momento em que as fronteiras entre inovação tecnológica e estrutura institucional se tornam cada vez mais tênues. A inteligência artificial, as plataformas digitais e os fluxos globais de dados redeseñam relações de poder, redefinem mercados e colocam à prova os pilares do Estado de Direito”, enfatizou Salomão.

NAS ENTRELINHAS



Por Carlos Alexandre de Souza

carlosalexandre.df@dabr.com.br

As ameaças da IA na visão do editor do NYT

O jornalista Arthur Gregg Sulzberger, de 45 anos, pertence à quinta geração da família a comandar o *New York Times*, ícone mundial da imprensa. Ele assumiu o legado do pai em 2018, após anos de experiência no exercício da reportagem. De lá para cá, A.G. Sulzberger aprofundou a transição de um dos veículos de maior credibilidade do planeta para o ambiente digital. Em 2026, o NYT chegou à marca de 13 milhões de assinantes, resultado de uma ampla oferta de serviços para os leitores, sem abrir mão da matéria-prima do veículo: jornalismo de excelência.

Nesta segunda-feira, o editor do jornal norte-americano fez um diagnóstico sombrio sobre uma das graves ameaças — há outras — contra o jornalismo: a inteligência artificial generativa. Na França,

durante a abertura do congresso anual da Associação Mundial de Editores de Notícias, entidade que representa mais de três mil empresas editoriais pelo mundo, Sulzberger descreveu o impacto da IA na produção de notícias. A título de introdução, ele mencionou alguns dos debates contemporâneos sobre o alcance da IA na economia, com possível redução na oferta de empregos, a possibilidade de romper barreiras na medicina, ou ampliar os riscos de um ataque biológico em larga escala.

Mas é na produção e no consumo da informação de qualidade que o editor do NYT descreve um cenário devastador. Segundo ele, as big techs promovem um “sequestro da praça pública” ao drenar dados do ecossistema de informação sem remunerar os

produtores originais de conteúdo e sem arcar com qualquer responsabilidade pelo reprocessamento das informações. “Esse dano potencial se estende muito além das notícias. Empresas de IA invadiram todo o acervo de obras originais da civilização, um ato que também representa um perigo para o futuro dos livros, da música, dos filmes, da pesquisa e de uma série de outras áreas”, afirmou o herdeiro da família Sulzberger, segundo a tradução da *Folha de S.Paulo*.

Mais adiante, o editor comenta o atual estágio do ambiente digital e os efeitos sobre a sociedade. “A internet está saturada de robôs e conteúdos de baixa qualidade. Está se tornando cada vez mais difícil saber de onde as coisas vieram e se são verdadeiras. Isso levou a uma sensação de que nada é confiável, exigindo uma vigilância quase paranoica ou, pior, uma descida ao niilismo. O efeito não é apenas que as pessoas acreditam em coisas falsas; é que elas deixam de acreditar em coisas verdadeiras”, alerta.

Em diversos trechos, Sulzberger afirma que o avanço da IA generativa, sem a devida compensação às empresas que investem no jornalismo profissional, não é apenas uma revolução no mercado de informação. Trata-se de uma ameaça ao jornalismo, um dos pilares da democracia em qualquer parte do mundo. “Quem mais irá aos locais onde os eventos se desenrolam? Trazer relatos em primeira mão das linhas de frente da guerra? Equiparar-nos com informações confiáveis em uma crise de saúde pública? Expor a empresa ou a carreira política construída sobre uma mentira?”, questiona o editor do NYT, que conta com aproximadamente 3 mil profissionais pelo mundo para a produção de conteúdo.

No Brasil, a regulamentação do uso da IA está em análise no Congresso Nacional. O Projeto de Lei 2.338/2023, de autoria do senador Rodrigo Pacheco, foi aprovado no Senado e aguarda parecer de comissão especial na Câmara dos Deputados. A proposta qualifica

os sistemas de IA de acordo com o risco que podem representar para os chamados direitos fundamentais. O projeto de lei determina aos desenvolvedores de sistemas uma série de medidas de controle para evitar impactos severos em áreas críticas como saúde, educação, justiça criminal e infraestrutura. Em outro trecho, a proposta discorre sobre as obrigações das empresas de tecnologia para com o usuário, como regras de transparência.

Direito autoral

A questão do direito autoral, como ocorre em outras partes do mundo, será objeto de debate. O texto legislativo permite a proprietários de conteúdos protegidos vetar o treinamento de IA, mas organizações ligadas à produção cultural, por exemplo, reivindicam mais garantias contra o uso não autorizado do trabalho intelectual. Enquanto a regulamentação da IA segue indefinida na Câmara, o arcabouço jurídico é suprido pela

Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Os artigos constantes na lei asseguraram ao titular dos dados algumas providências em caso de desvirtuamento no tratamento das informações.

Em ano de eleição, o uso da inteligência artificial impõe um desafio colossal para o Brasil. É sabido que a legislação jamais acompanhará a velocidade das inovações que, a cada hora, impactam no ambiente digital. Em um cenário onde, como adverte A.G. Sulzberger, está cada vez mais difícil diferenciar a verdade da mentira e separar os fatos de narrativas, a escolha do voto exigirá ainda mais responsabilidade do eleitor consciente. Apesar dos movimentos antidemocráticos contemporâneos e do declínio da informação de qualidade provocado pela ascensão das big techs, a imprensa profissional e independente ainda é um valioso ativo para a sociedade. Mas não nos iludamos: o que está em jogo não é o futuro da mídia. É a democracia no século 21.